



2 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF
 3 DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIF
 4 Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

1 **Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 25/04/2019**

2 No vigésimo quinto dia do mês de abril de dois mil e dezenove, às 8h30, no Palácio Iguazu –
 3 Praça Nossa Senhora de Salete s/n – Centro Cívico, Curitiba - PR, 80530-909, nesta capital, foi
 4 realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e
 5 Apátridas do Paraná – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Titulares**
 6 **Governamentais: João Guilherme de Mello Simão (SEJU), Lucimar Pasin de Godoy (SESA),**
 7 **Tamara Zázera Rezende (SEDS), Guilherme de Abreu e Silva (Casa Civil), Joice Barbaresco**
 8 **(SEED) e Elietti de Souza Vilela (SEEC). Suplentes Governamentais: Célia Baptista (Casa**
 9 **Civil), Yuri Roesler da Cunha Rodrigues (SESP) e Luiz Carlos Brugnera (SEEC). Titulares da**
 10 **Sociedade Civil: Andressa Gongora Barboza (ARAS/Cáritas Maringá), Cassiana Kreher**
 11 **(Aldeias Infantil SOS Brasil), Deusa Rodrigues Favero (Cáritas Arquidiocesana de Londrina),**
 12 **Marcia Terezinha Ponce (Cáritas Brasileira Regional Paraná), Ana Sofia Guerra (Conselho**
 13 **Regional de Psicologia do Paraná – CRP), Juliana Mara da Silva (Conselho Regional de Serviço**
 14 **Social – CRESS) e Gustot Lucien (Pastoral do Migrante de Curitiba). Suplentes da Sociedade**
 15 **Civil: Marcos Vinícius Regazzo (Cáritas Brasileira Regional Paraná), Colaboradores (as) e**
 16 **Convidados (as): Eduardo Fulgencio Jansen (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná),**
 17 **Rafael Osvaldo Machado Moura (Ministério Público Estadual), Thiago Assunção**
 18 **(UNICURITIBA), Isabella Traub (MPPR), Abimafa Yandegan (SEJUF/Trabalho), Isaac Ramos**
 19 **Ferreira (SEJUF/Trabalho), Nicolle Pereira (Conselhos/Secretaria Executiva), Isabela Perotti**
 20 **(Alep. Mandato Dep. Goura), Denise Toledo (Alep. Mandato Dep. Goura), Maria Tereza Rosa**
 21 **(ASPR), Roselene Sonda (CAOPJDH/MPPR), Luís Silva Santos (ALEP), Ana Bela Batista**
 22 **(CEIM/SEJU), Vitor Jasper (UFRJ). 1. Abertura –Período da Manhã:** Cumprimentando-se os
 23 presentes, deu-se início à reunião ordinária do CERMA Neste primeiro momento, demonstra-se a
 24 intenção de trabalhar as questões que envolvem as Comissões durante toda a manhã. **2. Reunião**
 25 **das Comissões:** A partir de então, discorre-se acerca das comissões, expressando quais foram
 26 os indicados às representações, sendo eles: comissão de comunicação e eventos com (1) SETI,
 27 (2) SEEC, (3) Cáritas Maringá, (4) Comunidade Nigerianos; Comissão de Denúncias e Garantia
 28 de Direitos com (1) CRESS, (2) Casa Civil, (3) SESP, (4) Aldeias Infantis SOS, (5) SEJU;
 29 Comissão de Gestão de Informação com (1) Cáritas Londrina, (2) Pastoral do Migrante de
 30 Curitiba, (3) SEET, (4) SEDS; Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas com (1) Cáritas
 31 Regional Paraná, (2) CRP, (3) SEED, (4) SESA, (5) Serviço Pastoral do Migrante Francisco.
 32 Beltrão Grupo de Trabalho; e o Regimento interno (1) SEJU – CEIM, (2) Casa Civil, (3) MP, (4)
 33 Assembleia – mandato dep. Goura, (5) UFPR, (6) Cáritas Londrina, (7) Juliana – CRESS, (8)
 34 Elizete. Relatou-se ausência dos integrantes da associação da Comunidades Nigerianos na
 35 Sociedade Civil, onde consta dois não comparecimentos. Pelo regimento, precisa-se oficial tal
 36 associação, já que a terceira falta acarreta na perda da cadeira com a destituição, desta forma,
 37 procura-se estabelecer contato o quanto antes, visto que se conhece a dificuldade de envolver
 38 associações de migrantes, além de se compreender a importância de dar voz aos migrantes,
 39 protagonistas no processo que se destaca no departamento. A conselheira também relata
 40 mudança na Pastoral do Migrante Francisco. Beltrão, com a saída da suplente Irmã Inês, que fora
 41 transferida, carece-se de troca na suplência. O conselheiro João Guilherme agradece à Casa
 42 Civil, no caso, na pessoa do Guilherme Abreu, a disponibilidade do espaço e a acolhida e
 43 apresenta ao conselho a novo integrante do quadro de Secretaria de Justiça, Nicolle Pereira, que
 44 compõe mais especificamente do Núcleo de Apoio aos Conselhos. A presidente expõe a proposta
 45 de reunião das comissões que, com pouca disponibilidade de espaços, visa contemplar e reunir
 46 todas as comissões dentro da sala em que acontece a Reunião Ordinária, espalhando os
 47 conglomerados com flexibilidade dentro espaço. Com a admissão de novas pessoas às
 48 comissões, procurou-se esmiuçar o funcionamento e andamento de determinadas comissões em
 49 pastas que foram distribuídas, onde consta os relatórios do que fora discutido, dos avanços e dos

5 Casa Rosada

6 Rua Marechal Floriano Peixoto, 1251

7 Fone: (41) 3221-7960 / 3221-7961 – CEP 80050-540 – Curitiba/PR



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIF

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98

encaminhamentos. Expressa-se que a ideia da reunião das comissões visa, desde já, que se sigam indicados para os cargos de coordenadoria e um relator da comissão. Seguiram-se, assim, as reuniões das comissões, cada qual guardada a seu espaço dentro da sala. Os convidados à reunião puderam participar deliberadamente da reunião da comissão que lhes fosse de interesse, contanto sem poder de decisão no debate. **3. Plenária com relato das Comissões:** Após referidas discussões, iniciou-se o relato das comissões, começando pela comissão de comunicação e eventos. A Conselheira Andressa Gongora Barboza, da ARAS, na Comissão de Comunicação e Eventos estavam presentes, além dela, a Maria Gorete Brotti, pela SETI, e o Luiz Carlos Brugnera, pela SEEC. A conselheira Andressa expressou ter relatado acerca do andamento da comissão nos anos anteriores, onde houvera pouca participação e envolvimento, relatou também a questão do folder que fora discutida, inclusive em plenária, porém o folder não fora impresso. No relato expresso pela conselheira, concluíram que um dos interesses era resgatar o folder, solicitando que a Secretaria de Justiça busque-o nos arquivos e encaminhasse para os conselheiros da comissão, para que fosse avaliado e exibido para avaliação no próximo relato. Elegeu-se a coordenação e relatoria, estando a coordenadoria com a Secretaria de Cultura e os relatos com a ARAS. Outro ponto discutido diz respeito a uma proposta da Secretaria de Cultura, apontada pelo conselheiro Luiz Carlos Brugnera, de pareceria com a secretaria não só da parte das comissões, mas todo o CERMA, com o intuito de que, na ação de realizar diagnóstico das expressões artísticas espalhadas pelo Estado e ofertar oficinas, focalizando os migrantes, a comissão correspondente ao local em que a Secretaria estivesse oferecesse apoio à ação, desenvolvidas pelas e para as variadas camadas sociais naquele extrato e dicionarizar tais conclusões para ações futuras. Que a comissão envolvida destine e integre ao projeto de oficinas as pessoas que são direta e beneficentemente atingidas. Para tal, por fim o conselheiro solicita um levantamento de dados acerca do número dos apátridas e migrantes espalhados pelo Paraná, mas obtém a resposta da inviabilidade do processo, visto que as informações são escassas. A Comissão de Denúncias e Garantias de Direitos, na voz de Guilherme de Abreu e Silva, conselheiro da Casa Civil, expõe sua relatoria apresentando sua coordenadoria e relatoria, que ficam a cargo da Casa Civil e do Aldeias Infantis SOS, respectivamente. O conselheiro Guilherme demonstra que durante a reunião os membros realizaram uma análise histórica da comissão e não encontrou nada que pudesse ser aproveitado imediatamente, desta maneira, recorreram a uma análise com objetivo de começar do zero as projeções de uma nova gestão. Ainda na comissão de denúncias e garantia de direitos, Cassiana Kreher, do Aldeias Infantis SOS, apresentou que como o levantamento não identificou muitas coisas palpáveis, optaram por três possibilidades: a primeira, seria o disque denúncia (181), para que a comissão elaborasse um ofício solicitando que a equipe responsável por receber as ligações de denúncia fizesse uma filtragem a fim de que se obtivesse um levantamento acerca do que é denúncia de estrangeiro e, desta forma, a comissão pudesse ter acesso às denúncias específicas; a segunda proposta seria de elaborar um ofício para o SEJUF com informativos sobre direitos e deveres dos estrangeiros enquanto cidadãos no Brasil, constando também elaborações de propostas e atividades como que em forma de campanha de conscientização, pois na discussão que procederam, percebendo a situação mais específica dos venezuelanos, com a qual a relatora tem contato em Goioerê, ela acredita que não se possa negligenciar uma questão básica de direitos e deveres que, por mais que pareça claro e nítido para os brasileiros, é turvo para os migrantes, e terceira e última questão é a de oficializar a gestão da fundação de ação social de Curitiba, a FAS, através da presidente do CERMA, solicitando uma agenda para se discutir meios de integração dos equipamentos com a rede de proteção dos migrantes e apátridas. O conselho, na pessoa da Andressa Gongora, faz dois questionamentos: o primeiro, a respeito do órgão responsável por coletar as informações disque denúncia e o segundo é de saber como acontecerá efetivamente a realização da exposição dos direitos e deveres, expondo também que tais temáticas estão diretamente



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIF

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

16 relacionadas à ideia do folder apresentada pela comissão anterior. A relatora explicita que a ideia
17 de levar o ofício à SEJUF é para que ela dissemine a informação entre os equipamentos e que em
18 tais equipamentos se elaborasse atividades de conscientização, o que poderia encarretar em um
19 projeto de conscientização geral realizada pela SEJUF no Estado. O conselheiro João Guilherme
20 esclarece que o disque denúncia está relacionado à SESP e a ideia é de que eles façam a
21 filtragem de análise das informações. A conselheira Lucimar Godoy orienta que o melhor seria a
22 elaboração de uma cartilha orientativa, que já obteve em tempos idos uma proposta de
23 elaboração, tendo sido discutida, e que seria distribuída enquanto display nos aeroportos,
24 rodoviárias e afins, onde constaria toda a resolução de direitos e deveres. A presidente Tamara
25 Zázera Rezende esclarece que a cartilha estava em preparação em parceria da SEDS com a
26 SEJUF, enquanto eram secretarias diferentes, no entanto nunca ficou pronta em definitivo, com
27 isso, propõe o resgate da cartilha para que se observe o conteúdo e aja em definição desta.
28 Relata-se também a existência de um folder, preparado pela comissão de comunicação e eventos,
29 e o modelo está na SEJUF. Enquanto a cartilha estava sendo feita pela coordenação de gestão do
30 SUAS; logo, pede-se o resgate da cartilha com alguém da gestão só SUAS. Acerca do visual
31 impresso, Luiz Carlos Brugnera, do SEEC, ilustra, como o objetivo é o mesmo, que é preciso
32 sobretudo refletir sobre o público-alvo que se almeja alcançar e um produto único, mesmo com
33 suas características diferenciadas, seja imprescindível. Andressa Cristina Busato, do SEDS,
34 discorda e discorre que os dois materiais são distintos: o folder tem a utilidade de divulgar
35 propriamente o CERMA para a sociedade, o que é, o que faz, quem o compõe, enquanto a
36 cartilha tem uma outra proposta de atingimento da população. A Andressa ainda expõe que o
37 folder já havia sido aprovado em plenária e estava em um entrave acerca da questão de
38 impressão, a saber quem imprimiria. Lucimar Godoy elucida a questão da cartilha, dizendo que a
39 cartilha era uma ação das secretarias, ou seja, acaso se recorra à memória do sistema ou a quem
40 estava delegado tal questão é provável que se consiga encontrá-la. A conselheira Joice
41 Barbaresco participa que um ponto de atenção é a preocupação com a língua ao se elaborar uma
42 cartilha, pois relaciona-se com estrangeiros, desta forma, propõe que se pense em traduções,
43 para que o produto não se torne vago. Adiante, a respeito da comissão de Gestão de Informação,
44 a conselheira Deusa Rodrigues Favero, da Cáritas de Londrina, em conjunto com Tamara Zázera
45 Rezende, do SEDS, e Gustot Lucien, da Pastoral do Migrante de Curitiba, relatou, primeiramente,
46 a respeito das deliberações: definiu-se que a coordenação fica com a SEDS e a relatoria com a
47 Cáritas Arquidiocesana de Londrina. Foi realizada uma revisão das pastas, onde tentou-se
48 retomar um histórico do que foi trabalhado, onde percebia-se sempre uma dificuldade relacionada
49 ao número de pessoas que compunham a comissão. Apesar disso, os membros notaram que
50 algumas coisas realizadas foram importantes e obteve seguimento. Pensou-se, assim, em uma
51 retomada dos objetivos da comissão a partir do regimento interno, com um encaminhamento para
52 o ano presente. Assim, estabeleceram-se três preposições: a primeira, manter a dinâmica de
53 apresentação das informações que reflitam a realidade da questão migratória, pra que se pudesse
54 apresentar tais informações no conselho a cada dois meses, mais ou menos, e com isso obter-se
55 um panorama da situação. A conselheira prossegue aferindo acerca de uma sugestão, que se
56 relaciona ao portal OBMigra que está em uma nova configuração e, em sequência, passa a
57 palavra a Tamara que divulga o observatório das migrações, que mudou o endereço do site pois
58 agora está vinculado ao Ministério da Justiça, e é através dele que se chega a certos dados, como
59 havia sido questionado anteriormente na reunião e reitera que as fontes indicam um total dos
60 dados, ainda que seja muito complexo obter dados precisos. Mas, no caso, pode-se saber
61 quantos estão registrados em trabalho, enquanto no Cadastro Único conhece-se quantos
62 migrantes de baixa renda estão lá expressos e assim por diante. O conselheiro Luiz Carlos
63 Bugnera constata compreender a dificuldade de setorização disso tudo, porém argumenta que
64 quando se demanda ao município um diagnóstico, tudo se facilitaria, desde que possuam um



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIF

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

portal para se reportar e consiga repassar os dados. Tamara reitera que levantamento de dados é sempre um desafio, mas considera viável a solução. Também recorda que em breve haverá o censo de 2020 que auxiliará bastante. Além disso, relata-se também que os dados mais confiáveis há certo tempo são os repassados pela Polícia Federal, que são os mais atualizados e fidedignos. Desta maneira, pede-se que a solicitação junto a Polícia Federal se realize, visto que, apesar de possuírem mais dados, são os que menos divulgam. O conselheiro João Guilherme destaca que as fontes de dados são diversas e de boa qualidade e que são acessíveis, de qualquer forma, mas, enquanto sugestão, seria importante pensar sempre o que realizar a partir desta obtenção informacional e também aponta que os diferentes dados, de diferentes meios, careceriam de uma pessoa especializada para realizar o cruzamento das informações, dos dados, para que o prognóstico, afinal, seja aprofundado e coerente. Ainda em relação dos dados, Padre Gustot Lucien registra que mesmo as informações que a Polícia Federal tem ainda há dúvida, pois, destaca, no caso específico dos haitianos ainda há uma migração vigente e acontecendo e muito disso se dá pela sucessão de informações equivocadas oferecidas aos haitianos, exemplifica também as pessoas que saem do país, de maneira oficial ou não, e a Polícia Federal não efetiva tal registro, terminando, assim, por manter os dados em constante relativismo. Registra-se, por fim, a importância fundamental do cruzamento de informações para não sobrepor atendimentos e ter, por fim, a consciência de que a pureza de dados reais é inatingível. Avançando, a segunda preposição proposta pela comissão é, tendo em vista o inciso 5 do artigo 37 do regimento interno, sugerir que se aprofunde o levantamento das entidades que atuam com a temática de migração realizando um cadastramento. O intuito é que, se aprovado, processar como se abordará tais questões. Mas, sobretudo, a ideia é que nas reuniões das comissões seja analisada a documentação solicitada para aprovação do cadastramento, seguindo o mesmo viés dos conselhos. No entanto, expõe-se que o conselho não possuiria o caráter de aprovação do cadastramento de entidades. Em contrapartida, elucidando, a presidente Tamara registra que a especialidade de órgão fiscalizador é sim atribuída ao conselho, como consta o inciso destacado pela conselheira, apesar de haver um entendimento fundante de que esse não seria um papel das comissões. Dessa forma, fica-se a decidir se não se assumiria a função, havendo a necessidade de mudança no regimento interno, ou, como expresso pela comissão, assumir efetivamente a atividade, com a necessidade de votação em plenária para resolução definitiva. Deusa destaca que a intenção do proposto pela comissão não tem ligação a uma finalidade punitiva de registro, mas de acompanhamento, uma vez que o tema de migração adquiriu grande proporção. Após votação, a preposição de registro das entidades foi aprovada e firmada entre os membros. Por fim, a terceira preposição refere-se à continuidade desse levantamento do registro simplificado de atendimento, a fim de conhecer quem realizará o recebimento e saber como se poderá concretizar a continuidade. João Guilherme, em resposta, expressa que se pode sim dar continuidade através do CEIM, por mais que relate dificuldades no trato por conta do número reduzido de pessoas no departamento. A conselheira, no entanto, destaca preocupação em se designar tal função ao CEIM, pois, justifica, trata-se de um momento de transição de governo, o que poderia gerar certa defasagem no andamento do serviço, logo, sugere que as informações sejam passadas diretamente pela via oficial do conselho e a comissão acompanhasse os dados que estivessem retornando das entidades e das instituições. Com o número reduzido dos membros da comissão, a conselheira sugere, ainda, que se criasse um grupo de apoio, se necessário, para lidar com esta questão específica. A presidente esclarece que, no caso de operacionalidade de qualquer das duas propostas, carecer-se-ia de um suporte por parte da SEJUF, pois as informações chegam pelo e-mail do CERMA. Assim, os e-mails precisariam ser encaminhados para um e-mail da comissão, assim como um e-mail da secretaria geral, e realizar-se-ia uma reunião a cada seis meses em que se sistematizasse as informações. Com tais informações, propõe-se que haja uma reunião das comissões no dia que antecede a reunião quando houver demandas específicas. Por



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIF

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

30 fim, adentrou-se no relato da Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas, onde designou-
31 se provisoriamente a relatoria à Lucimar Godoy, do SESA, pois a representante da Casa Civil não
32 esteve presente, a quem a relatoria deve ser oferecida. Já a coordenação da comissão ficou a
197 cargo da SEED, através de Joice Barbaresco. Assim, nesta comissão, além da Lucimar e de
198 Joice, estiveram presentes Ana Sofia Guerra, do CRP, Isabela Perotti, ALEP. Mandato Dep.
199 Goura, e Márcia Terezinha Ponce, do CÁRITAS Regional Paraná. Lucimar relata que a comissão
200 discutiu pontos que já foram amplamente debatidos após a exposição das outras comissões,
201 porém optaram por relatar também a questão referente ao cadastro e mapeamento, pois já
202 obtiveram alguns encaminhamentos, como, por exemplo: a conselheira Joice, a partir do vínculo
203 que possui com o Município de São Paulo, realizará uma consulta para entender como ocorre o
204 processo de mapeamento. Mais um encaminhamento partiu de Isabela ao expor que Curitiba
205 possui o Conselho Municipal de Economia Social e Solidária e que também seria um canal de
206 aprendizado do conselho para entender como acontece um mapeamento. Outro ponto relatado
207 refere-se ao encaminhamento de dois ofícios ao MP, o primeiro sobre a interiorização dos
208 migrantes. A secretaria do CERMA, através da Ana Sofia, observou dois ofícios para CÁRITAS e
209 para ASPP, visto que possuem um projeto de interiorização. Das respostas destes dois ofícios, o
210 CERMA poderá realizar a resposta ao MP. A comissão ainda reitera um ponto já discutido
211 anteriormente, o de noticiar o gabinete da Prefeitura de Curitiba para que se conheça as ações
212 voltadas para o público migrante. Sobre a questão específica dos venezuelanos, a comissão
213 sugere que se traga a FAS, como já exposto por outra relatoria, para que se conheça os
214 processos, tal qual com o proceder com a qual Prefeitura – nessa linha, sugere-se um
215 alinhamento com a outra comissão para que o ofício possua o mesmo objeto. Já o segundo ofício
216 do MP trata-se de um questionamento à SEJUF de como estão os encaminhamentos do próximo
217 plano, considerando que o último encerrou-se no ano passado e também um relatório das
218 comissões. Considerou-se que a SEJUF pode responder ao ofício, porque o primeiro
219 encaminhamento pede o estado dos encaminhamentos do próximo plano e os relatórios das
220 comissões já foram apresentados. Desta maneira, o ofício já se encontra subsidiado para ser
221 respondido. Acerca do plano, expõe-se que é preciso evoluir rapidamente na oficialização, pois a
222 proposta compreende de 2019 a 2022; ou seja, é preciso entrar em vigência o quanto antes. O
223 conselho, então, definiu que a partir da próxima reunião ordinária já haverá a participação de
224 determinadas secretarias e se trabalhará a questão desses eixos, encaminhar os planos e
225 dialogar com as secretarias, obtendo retorno do que está ocorrendo, de maneira a sair da reunião
226 com uma proposta. A intenção, afinal, é debater em conjunto com as secretarias o que surgir, para
227 que quando o plano se efetivar eles possam escutar o conselho, que construiu as propostas e que
228 as propostas se alinhem. João Guilherme, então, expõe quais seriam as secretarias convidadas
229 para a próxima reunião, que são: SEED, SETI e a SEEC. A propriedade de oficializar um convite
230 às secretarias, por mais que o conselho já tenha representantes destas, refere-se a uma maneira de
231 evidenciar que os assuntos estão sendo discutidos dentro do CERMA. Tamara elucida, no
232 entanto, primeiramente, que por lei a gestão pública é obrigada a ter um plano plurianual e a lei
233 orçamentária anual, já o restante dos planos que são feitos por uma intenção própria ou por uma
234 demanda específica. Dessa forma, um plano que se projeta dentro do conselho não é fruto de
235 uma obrigação e não se compromete em ofertar respostas frente a um órgão, logo, não carece de
236 prazos inalienáveis, mas metas que são compostas do conselho para o conselho. Desta forma, é
237 prioritário pensar na metodologia de construção do plano, projetando aproximar ao máximo
238 conselho em função de sua aprovação e, assim, fazer com que tal elaboração não se realiza à
239 parte da SEJUF. A comissão relata perceber tais questões como uma condição, mas carecia de tal
240 esclarecimento didático e, por fim, pede a opinião e aprovação do conselho para que se realize,
241 ou não, o convite às secretarias, a fim de que a execução seja imediata e aconteça um
242 implemento para que a pauta, enfim, se construa. Após referidos debates, define-se atribuir ao



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIF

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

37
38
39
246 conselheiro representante de determinada secretaria, que já compõe a mesa, levar os eixos para
247 serem discutidos interiormente com o suplente e com quem compete a função, a fim de que se
248 estabeleça o diálogo com as secretarias, mas de forma prática. Encerrando a parte da manhã, o
249 conselheiro Guilherme de Abreu e Silva apresenta uma situação ainda no contexto de
250 apresentação dos relatórios das comissões, em relação ao grupo de trabalho da revisão normativa
251 do conselho. O grupo se reuniu e percebeu que precisava deliberar uma plenária acerca do
252 projeto de reforma administrativa e uma definição que carece de resolução por parte do conselho
253 refere-se a representação governamental da pasta Esporte ou Turismo, com um representante de
254 uma ou outra, pois as pastas foram cindidas. O conselheiro João Guilherme elucida a questão
255 dizendo que se identificou na lei que os representantes governamentais não dizem respeito às
256 secretarias em si, mas à política direcionada a esta, por mais que existam secretarias que jamais
257 se extinguirão. No entanto, o documento consta que se refere a política destinada ao esporte e ao
258 turismo, que, com a reforma administrativa, o esporte foi para a educação e o turismo para a
259 secretaria de meio ambiente. Desta maneira, precisa-se decidir qual das políticas entende-se
260 como preponderante, a fim de que se efetive o mantimento no conselho, o esporte ou o turismo,
261 pois a consideração de manter as duas pautas encara o entrave da paridade e da convocação da
262 próxima entidade, onde precisar-se-ia convocar mais uma entidade da Sociedade Civil. A
263 sugestão, então, é de que se mantenha o turismo por uma questão de representação: a
264 educação, onde o esporte abriga-se, já é representada. Votou-se, dessa maneira, o
265 encaminhamento para o mantimento da pasta do turismo com aprovação do conselho. A primeira
266 parte da reunião, com isso, encerrou-se. **4. Aprovação das atas de outubro e novembro de**
267 **2018:** A conselheira Lucimar Godoy encaminhou uma sugestão de mudança da respectiva ata do
268 mês de outubro, na presente linha 104, onde sugere que a palavra edital seja mudada por
269 programação, esta ata foi aprovada pelo conselho. A ata do mês de novembro foi aprovada. **5.**
270 **Calendário 2019;** A conselheira aludiu que no mês seguinte, que se realizará mais uma reunião,
271 as atas de março e abril serão aprovadas e solicita-se à SEJUF para que mande as respectivas
272 atas com antecedência para os conselheiros e convidados. As propostas para as datas do
273 calendário de 2019 são: reunião ordinária no Palácio das Araucárias na data de 23 de maio;
274 reunião descentralizada em Paranaguá na data de 29 de junho; proposta de reunião
275 descentralizada em Colombo no mês de Julho; reunião ordinária em Curitiba no Palácio das
276 Araucárias no mês de agosto; reunião em Curitiba na data de 19 de setembro, não havendo
277 confirmação de sala para realizar-se, o conselheiro João Guilherme alega que o Núcleo de Apoio
278 sugeriu que a reunião fosse transferida para o dia 18 de setembro, pois haverá disponibilidade de
279 sala; reunião ordinária no Palácio das Araucárias na data de 24 de outubro; segunda reunião
280 descentralizada em Cascavel na data de 30 de novembro; reunião no Palácio das Araucárias na
281 data de 13 de dezembro. As datas do calendário de 2019 foram aprovadas pelo conselho. **6.**
282 **Debate sobre e-social:** a conselheira alega que foi realizado um convite a uma empresa
283 chamada Braslar situada em Ponta Grossa, que por ela foi executada uma contratação de 10 a 12
284 imigrantes, a empresa foi convidada para partilhar com o conselho a experiência que adquiriram
285 com a contratação, se houve dificuldades na forma de condução da integração com estes
286 imigrantes, a gerente-geral da empresa havia confirmado a sua participação e também do
287 proprietário, entretanto eles mandaram uma informação que não conseguiriam estar presentes.
288 Elias Martins, auditor-fiscal do antigo Ministério do Trabalho aludiu sobre o documento e-social, o
289 qual será único e substituirá CAGED, RAIS, CAT, entre outros documentos. A problematização é
290 com a implantação, que eventualmente existe um ou outro problema nas plataformas. Maria
291 Tereza da Rocha aludiu sobre a questão do e-social, em que foi determinado alguns pontos dentro
292 do projeto, o objetivo é a inserção dos imigrantes venezuelanos e sua inserção social, dentro do e-
293 social há um campo para inserir documento de identidade das pessoas, tendo uma limitação
294 aceitando apenas 14 caracteres, sendo que o protocolo de refúgio tem 17, não dando a



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF
 DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIF

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

44
 45
 46
 295 disponibilidade de inserção deste protocolo, há uma legislação vigente, decreto de agosto e uma
 296 portaria interministerial de outubro de 2018, os quais regulamentam a emissão de um número de
 297 RNE provisório para os solicitantes de refúgio, entretanto a nível nacional não há
 298 instrumentalização dessas portarias e decretos no exercício da polícia federal para emitir essa
 299 numeração. Elias Martins reitera que este é um problema de software, no e-social esse número de
 300 protocolo não é obrigatório, mas CPF e carteira de trabalho são necessários. A conselheira sugere
 301 que o CERMA encaminhe para Superintendência um pedido de esclarecimento sobre esta
 302 dificuldade existente. O conselheiro João Guilherme fala sobre o problema com as empresas em
 303 questão a não contratação, segue como violação de direitos, a presença do Ministério Público do
 304 Trabalho seria importante, pois há precisão de trabalhar com duas frentes, uma sendo com a
 305 colaboração de Elias Martins e o MPT para fazer a fiscalização, para ter a garantia de que isso
 306 não ocorra; o segundo é fazer uma sensibilização. A OIM entrou em contato com a Secretaria de
 307 Justiça e formalizou uma proposta de realizar um curso no Paraná, onde este sensibiliza RH's de
 308 empresas para a contratação e também informa os servidores de recursos humanos sobre
 309 legislação do trabalho para imigrantes e refugiados. A conselheira Andressa Gongora Barbosa
 310 sugere, que o conselho CERMA junto ao MPT, encaminhar algo preparado pelo conselho para as
 311 empresas, no sentido de sensibilização e orientar o que a empresa pode ou não pode realizar. **7.**
 312 **Relatório sobre a casa de acolhida Dom Oscar Romero: Anexo a Ata 8. Correspondência**
 313 **enviada ao CERMA (MP, ouvidoria, etc);** o conselheiro João Guilherme fala sobre o ofício
 314 recebido por Jesus Rafael Delgado Bravo, presidente da Associação de Venezuelanos em Foz do
 315 Iguaçu – ASOVENFI, o relato está digitado em espanhol, a presidente do conselho, questiona aos
 316 conselheiros se poderia ser encaminhado por e-mail, para que seja feita a leitura precisa, para
 317 que seja discutido na próxima reunião. **9. Informes:** Professor Tiago Assunção inicia a fala sobre
 318 o Projeto de Portas Abertas, onde se obtém um grupo de extensão composto por alunos de
 319 Relações Internacionais e outros de Direito, que se interessam em trabalhar na prática,
 320 colaborando com os imigrantes, com apoio da CÂRITAS, para trabalhar com integração cultural.
 321 Este acolhimento cultural se destina ao manifesto artístico. O conselheiro João Guilherme aludiu
 322 sobre a ação de parceria de órgãos na área da migração, onde se refere a questão de recursos
 323 que custeia o curso, voltada a escola superior do Ministério público da União, tendo apoio das
 324 agências ONU, da defensoria e do MTP, foi realizado eventos em várias capitais, então
 325 propuseram à SEJUF para que fosse realizado em Curitiba nos dias 8, 9 e 10 de maio. A
 326 conselheira Juliana aludiu sobre o CREAS, o qual está organizando a semana em alusão ao dia
 327 de assistência social, comemorado no dia 15 de maio, realizando atividades. **Encerramento:** a
 328 presidente do conselho agradece pela participação de todos, dando-se por encerrado esta
 329 reunião.
 330 A presente ata foi redigida por Sara Fernanda Da Cruz Guiraud e Gabriel de Franco Rocha.
 331



Ofício 54/2019

Curitiba, 07 de maio de 2019.

Ao Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA-PR

A Ação Social do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 76.712.918/0001-25, com sede na Rua Baltazar Carrasco dos Reis, nº 1787, Rebouças, Curitiba-PR, vem através deste, prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da Casa de Acolhida Dom Oscar Romero em atenção ao documento encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA-PR, por meio de sua Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas, referente ao ofício nº 156/2019 do Ministério Público do Paraná, encaminhado através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de proteção de Direitos Humanos – CAOP-Direitos Humanos.

Em decorrência do convênio firmado com a Organização Internacional para Migrações - OIM, para compor as ações do programa de Interiorização do Governo Federal Brasileiro, a Ação Social do Paraná – ASP, recebeu no dia 15 de fevereiro de 2019 noventa migrantes venezuelanos na Casa da Acolhida Dom Oscar Romero, localizada na Marginal Linha Verde, 13512 – Fanny, Curitiba/PR. A unidade tem por objetivo realizar a integração local, inserção laboral e autonomia dos indivíduos no período de noventa dias, na modalidade de acolhimento institucional provisório para pessoas adultas e famílias. A equipe técnica da casa é composta por uma Gestora de Unidade, uma Assistente Social, um Psicólogo, um Assistente Administrativo, dois Educadores Sociais, dois cozinheiros, um auxiliar de serviços gerais e equipe de segurança noturna.

Os noventa acolhidos estão divididos da seguinte forma: Onze famílias (que somam 42 pessoas), três casais LGBTQI (6 pessoas) e Quarenta e dois homens



desacompanhados de suas famílias. Do total de noventa acolhidos treze são crianças com faixa etária entre quatro meses e oito anos e dois adolescentes de dezesseis anos. Recebemos ainda uma pessoa com deficiência, um idoso e um paciente renal grave. Neste sentido a população acolhida na casa tem o seguinte perfil:

Gênero: Masculino 65, Feminino 23 e Transgênero 2.

Faixa Etária: 0 – 17 anos (15), 18 – 29 anos (40), 30 – 59 anos (34), 60 anos ou mais (1).

Com relação à condição migratória dos migrantes acolhidos, segue tabela abaixo:

Condição Migratória	Total
Migrante em situação regular (Com CRNM/RNM)	19
Solicitantes de Refúgio (Protocolo de Refúgio)	57
Solicitantes de Residência Temporária (Protocolo com número de RNM)	13
N/A (Filho de Venezuelanos Nascido no Brasil)	1

É importante destacar que do público acolhido aproximadamente 65% estão na condição migratória de solicitante de refúgio.

As ações de integração local dos migrantes foram realizadas através da mobilização e articulação com a rede local de: Saúde através da unidade básica de saúde Fanny-Lindóia, Educação – CMEI Vila Lindóia, Escola Municipal Elivir Dionysio, Colégio Estadual José Busnardo, Assistência Social – Fundação de Ação Social e Trabalho – Agência do Trabalhador de Curitiba (Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Família -SEJUF). Contamos ainda com parcerias de empresas privadas e voluntariado para a realização dos encaminhamentos as oportunidades de emprego e integração dos migrantes na comunidade de Curitiba.



Os acolhidos contam com alimentação diária, com cardápio composto por nutricionista, os insumos alimentícios são fornecido pela Aeronáutica, com complementações realizadas pela Ação Social do Paraná. Os demais itens necessários para o abrigo como materiais de higiene pessoal, manutenção predial, limpeza, material de expediente, entre outros, são custeados através do contrato estabelecido com a OIM. A gestão e organização da casa é realizada de forma participativa com os migrantes, para garantirmos o processo democrático.

Considerando que a modalidade do serviço de acolhimento é provisório, foram desacolhidos até o momento vinte e sete migrantes. Restam acolhidos sessenta e três migrantes, destes sete são crianças e um adolescente. Ainda considerando o número total de acolhidos restantes na casa trinta estão desenvolvendo atividades laborais. Ações de busca de oferta de vagas de trabalho estão sendo realizadas ativamente pela equipe técnica da casa, por haver o entendimento que a autonomia dos indivíduos se dá pelo trabalho. No entanto, considerando os 65% de solicitantes de refugio acolhidos, em função da implantação do E-Social, comprometeu a inserção laboral deste público em função da ausência do número do Registro Nacional Migratório – RNM.

Sendo o que nos cabe informar no momento, ficamos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aparecido Pinto

Coordenador/Procurador

Ação Social do Paraná